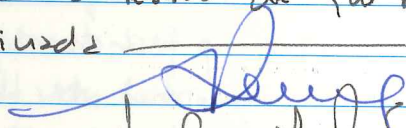


27/04/90

Forem aprovados por unanimidade dos presentes os Pontos Primeiro, segundo e quarto. O ponto terceiro foi aprovado com uma abstenção. O ponto quinto por proposta do deputado Carita foi aprovado por unanimidade mas com a presença de cinco e o ponto sexto. Por unanimidade também foi aprovado a satisfação na proposta das considerações finais.

Não havendo mais nada a tratar deu a Presidente da Mesa foi encerrada a sessão de que se lavrou a presente acta que vai ser assinada



João Carlos Fontinha
João Afonso da Silva Fontinha

ACTA n.º 5 27/4/90

As vinte e sete dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa, eram vinte e duas horas e quinze minutos, foi aberta a sessão da segunda reunião ordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a seguinte ordem de trabalhos:

Primeira - Informação do senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;

Segunda - Apreciação e votação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades do Município no ano de mil novecentos e noventa e nove;

Terceira - Apreciação e votação da Proposta da Câmara para a execução do Plano Director Municipal;

Quarta - Envio de documento para discussão ou apreciação da Assembleia Municipal

Foi feita a chamada constando-se a existência de Quórum e da falta dos deputados municipais José Afonso Soares e António Teixeira.

De seguida o Presidente da Mesa deu conta com detalhes da correspondência recebida.

Foi feita a leitura de Acta da Sessão anterior foi a mesma aprovada com dezasseis votos a favor e uma abstenção do deputado Vítorinho Bonatich.

De correspondência recebida sublembrou o Presidente da Mesa uma carta enviada pelo governador da Ilha de Fronteira

27/04/90

onde se juntava um abito-eminado do universo, dando conta de sua preocupação pela prevista instalação de uma discoteca na referida zona.

O deputado Perles pediu a palavra sugerindo que a presidente da Câmara quel a situação deste problema.

O deputado foi autorizado a falar e deu a voz a todas as partes envolvidas se as mesmas estivessem presentes. Constatada a presença de pessoas interessadas formulou uma Proposta que prevê a intervenção de elementos da população, antes do orden do dia, sobre este assunto.

O deputado Borges contrapôs no um de palavras que se ouvira o senhor Presidente da Câmara, pois já, não inviabilizando, é claro, a intervenção do público.

A Presidente da Mesa, chamou novamente a atenção para o impasse criado com estas Propostas e que colidem com o Regimento. aprovado. Em relação a' Discoteca salientou o facto de apenas ter conhecimento directo desta abito-eminado, embora saiba que existe outro e já vem da implementação da referida. Ainda em relação a este problema apresentou em nome da Mesa uma Proposta que prevê uma Recomendação a' Câmara a fim de mesma recomendar a implementação da Discoteca na zona prevista e dar parecer desfavorável ao Governo Civil quando for tal solicitado.

O deputado José Azeiteira refere que a Assembleia ainda não sabia do conhecimento ou não deste assunto por parte da Câmara.

A Presidente da Mesa lembrou a publicação entregue do Edital onde se pede às populações que fizessem e em recomendações sobre este intenção de alguns investidores.

O deputado José António na defesa de proposta apresentada pela mesa, refere que tem total legitimidade uma Recomendação a' Câmara por parte de Assembleia sobre determinado assunto sobre o qual não tenha poder de decisão, e este seria um deles, dizendo ainda que tal proposta não é contra a instalação de Discoteca desde que a mesma seja feita em

27/04/90

local apropriado.

O deputado Veloso concordou com o discurso de que problemas se-
lencando a sua discordância face à possível localização do
estabelecimento em causa.

O Sr. Eduardo lembrou que estava para discutir e aprovar
uma proposta sua.

O deputado Costa pediu a palavra para fazer outras propostas
que teria a intervenção sobre o ordeno do dia de qual-
quer momento da população interessado em fazê-lo sobre
qualquer assunto. Explicou dizendo que não compreende
que se esteja em todas as sessões e fazer o fechamento
apenas para dar voz a grupo que, em face do previsto na
proposta anterior, passariam a privilegiar. No resposdo
pelo Democracia, disse, deve dar-se voz a todos e não só a
alguns.

O deputado João Eduardo retirou a sua proposta visto estar
nada proposta, segundo disse, englobar o que se teria.

Porto a votação foi a mesma aprovada com quarenta votos
a favor e três votos contra.

O deputado João Eduardo propôs então que se deixem três
minutos ao presente não member da Assembleia para falar
sobre o assunto, três minutos ao grupo político e
tempo ilimitado ao Presidente da Câmara.

Porto a votação foi esta proposta aprovada com nove votos
a favor sete abstenções e 1 voto contra.

O Presidente da Mesa dirigindo-se ao presentes suplicou que
alguém usasse do falar sobre o assunto - diário.

Usou de palavra o Sr. João Martins que começou por
referir o direito do desporto que tem todo o cidadão
que trabalham e que o mesmo se vive e torna difícil
e se aprovada a localização prevista. Durante o questiona-
to referida de outro abaixo - assinado disse ser o mes-
mo de pessoas e quem pouco interesse o visto visto
vivem longe do previsto. Concluiu salientando que a
posição contra dos moradores era apenas em função do

27/04/90

local e não em relação à discoteca propriamente dita. —

De seguida veio de palavras o Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a sua preocupação inicial foi a de procurar fazer para Alter, investidores no campo da hotelaria para desbloquear o problema do Hotel. No entanto a Câmara Geral de Refúgio, segundo disse, preferiu por enquanto que seja a Zéloni a fazê-lo. —

Em seguida, segundo continuou, o projecto Discoteca aparece, já com o emendamento feito e, sem qualquer oposição, é levado em conta, emitição por si próprio. Acha legítima a preocupação dos residentes e o levantamento do problema por eles, não deixando de fazer de conta de acatar a maioria das opiniões manifestadas. Referem que ao invés de ser proibido, pela Câmara, na luta de util e oitocento metros quadrados onde, em alternativa, poderia montar a Discoteca. Zéloni fazem estudos em possibilidade apenas se a primeira opção fosse recusada. Informam ainda que, sem que houvesse votação, um vereador tomou posição definitiva em relação à pretensão exposta pelo interessado. E o próprio, disse, não hesitaria em dizer não, se fosse relativo à noite, o projecto em causa, aduzindo que no caso presente apenas o local é discutível. —

A Presidente da Mesa na sua intervenção lembrou, pois, que não está em causa a discoteca e que, a ser a mesma instalada numa zona apropriada, evitaria que duzassem os nossos jovens a correr riscos de graves acidentes nas suas deslocações para outras localidades. Lembrou ainda que o Plano Director Municipal obvia, com certeza, a esta situação. Apresentou de seguida a sua proposta para discussão e votação que foi admitida à discussão com dezasseis votos e foram 8 uma abstenção. —

A deputada Joana Vieira lembrou ainda a proximidade da Escola Céu e Zéloni em relação à Discoteca prevista. —

Posto à votação foi a Proposta de recomendação à Câmara aprovada por quinze votos e foram 2 duas abstenções com a seguinte redacção: —

«Tomou conhecimento a Assembleia Municipal através de conta —

27/04/90

abito - assinado enviado a este mesa, que se refere a abito-
es de duas Diretores em abito do Club na entrada de
Fronteira, em plena zona habitacional. Sendo em conside-
ração a localização do referido abito a Assembleia Uni-
cipal recomenda a Câmara:

Primeiro - A não autorização do licenciamento de abito
nesta ou noutra zona residencial;

Segundo - Aguardo do pedido de parecer do Governo Civil
em o mesmo desfavorável pela razão atrás invocada.

Desde no período de aula de ordem do dia a Presidente da
Mesa suplica ao Presidente da Câmara a colocação de uma
mala de primeiros socorros no edifício da Câmara.

O deputado Pesta pediu a palavra para informar a Assembleia
do andamento dos trabalhos da Comissão nomeada para
estudar e tentar resolver o problema dos transportes escolares.
Após reunião com a Federação Nacional e levantar alguns
dos principais problemas em questão ficou esta entidade
de informar quais os custos que a Câmara teria que en-
frentar no serviço dos alunos.

Pede a palavra o deputado João Aca para apresentar uma
proposta que se insere contra a poluição causada na
cidade de Sada pelo fabrico de concentrado de tomate e
alerta o vereador do pelouro para este e outro caso de
destruição do ambiente.

Pede a palavra o deputado Ceite fazendo a defesa da
Proposta Referida na unidade, disse, em que nunca será demais
o levantar destes e outros casos sobre de agressão do meio-
físico natural, seja ele sonoro, como no caso já discutido
do dióxido, seja ele com poluentes das águas, do solo e
da atmosfera, seja ele ainda sob a forma de culturas em
expansão descontrolada e que destroem a floresta e as espécies
tradicional e naturais. Acrescentou ser urgente tomar o
controlo de expansão industrial no Concelho com uma
cláusula reservando a preservação e defesa do am-
biente.

27/04/90

Pedir a palavra o deputado Vazinho no intuito de informar a Assembleia que foi já publicado pelo Secretário do Estado do Ambiente um diploma legal determinando devida protecção ao meio-ambiente.

Após votação foi a Proposta aprovada por unanimidade com a seguinte redacção:

«Quem não temerem aqui a presença do vereador que tem distribuído o folheto de Protecção e Defesa do Ambiente, quem fazer um alerta ao Executivo e bem assim a quem foram intervir neste assunto:

Trata-se da poluição de águas de sede pelas fábricas de Concentrado de Soma (Socindal). Como todos os residentes deste Concelho devem ter conhecimento que em pleno tempo de campanha, ao passar-se na Ponte de Vila Formosa, corre a água vinha daquela fábrica, totalmente poluída, criando um cheiro nauseabundo. Este problema existe desde que a fábrica ali existe. No entanto há cerca de dez anos, não sei por que motivo, foram executadas todas as infra-estruturas necessárias ao funcionamento de filtros adequados para solucionar esta situação. Só que, por se estar a ver, vai funcionar mais uma vez, sem que haja alguém que intervenha em tal assunto. Além deste assunto também há o conteúdo legal do vale do Pero que necessita o mesmo tratamento.»

Logo após, pediu a palavra o deputado Borges para apresentar uma Proposta que visa, segundo disse, a preservação do Património Arquitectónico do Concelho e que foi aceite para discussão com uma abstenção.

Segundo o leitor de sua proposta começou por dizer que certamente pouco sente se recordaria do aspecto da vila de Alter há quarenta anos atrás com a sua face típica branca e limpa. Há um atrás disso a esta parte após o movimento de refluxo da emigração que se agravou após o vint e cinco do Abril, que se assiste à descaracterização arquitectónica da vila. E que embora se assiste ainda a uma certa melhoria, é urgente, até numa perspectiva turis-

27/04/90

lhos, o rezelguizar das suas características fundamentais. Para tanto propõe-se seja instituído um prémio anual para a que seja considerado a melhor rezelezação.

O deputado José Ferreira sugere que a Proposta fosse também considerada a constância de raiz na medida em que as unções atenuadas se cometem aí, o que foi aceite pelo deputado Brazão.

O deputado Narciso considera difícil a avaliação e a determinação capaz de um prémio contemplando a reconstrução arquitectónica numa perspectiva de defesa do património, atendendo ao grave atentado cometido pela própria Câmara nas reconstruções da Igreja de Santa Catarina e do Senhor do Outeiro.

Foi a votação foi a proposta aprovada com quinze votos a favor e duas abstenções com a seguinte redacção:

« Considerando a crescente importância que a defesa e preservação do património construído vem assumindo no debate cívico nacional; Considerando o relevante património arquitectónico ainda existente no Concelho; Considerando a necessidade de o nosso Concelho não ser ultrapassado em tal matéria, atendendo aos efeitos culturais e económicos dela resultantes; Considerando o interesse em sensibilizar a população para o problema; Propunho: A instituição pela Câmara Municipal de Alter do Chão, segundo regulamento a defender, de dois prémios anuais: um para a melhor rezelezação em imóveis urbanos (efectuado no Concelho) e outro para a melhor constância de raiz e a outorga a partir de mil novecentos e noventa e inclusive »

A seguir a de acordo com a Proposta aprovada já nesta sessão, a Presidente da Mesa deu oportunidade a todos os presentes de apresentarem a esta Assembleia todo e qualquer assunto que achassem pertinente.

Nomeou a seguir o Senhor Carlos Costa, anterior Presidente do Executivo que se mostrou interessado em abordar o Relatório de Actividades que se encontra a discussão na

27/04/90

Ordem do dia. 3 justificou esse interesse na medida em que, segundo disse, o mesmo se lhe apresenta como uma sucessão de reuniões de forma inconveniente como se uma Câmara fosse uma firma, onde se faz o balanço do fim do ano, para determinar os lucros ou os prejuízos. Uma Câmara, segundo ele, tem um trabalho também de futuro e longo prazo referindo como exemplo o programa OJD/N.A. que se prolonga ainda até mil novecentos e noventa e dois. Lembrava que o relatório deveria apenas a parte negativa da actividade do executivo anterior, não fazendo referência a um conjunto de iniciativas, das quais destacou as actividades culturais e de interesse turístico. Da falta de informação de que é acusado no relatório disse que todas as informações pedidas foram dadas. Continuou para dizer que pensa mesmo que o que é grave é o relatório em si, quando se insurge contra as dívidas deixadas pelo executivo anterior, deixando a parte das outras entidades que poderão vir a fazer imagem que não é rest sobre a credibilidade financeira da Câmara. Pois, segundo a sua óptica, aquilo a que se chamam dívidas não-no, claro, mas não mais do que a assumpção de pagamento de compromissos assumidos durante a gestão corrente e no cumprimento estrito do plano de actividades. Constatou-se e seguiu com o relatório deixado, por exemplo, em terreno, cuja aquisição trouxe alguns dos encargos que ainda estão por liquidar no totalidade mas que pertencem a esta Câmara, como há pouco ouviu no caso da Discoteca oferecer alternativa em terreno de localização e quem quer investir em Alentejo.

O período da ordem do dia começou com a Informação do Presidente acerca da actividade municipal. Iniciou com o relatório do seu contacto e fim de receber onze mil e setecentos, segundo ele, pelo terreno do Bairro Habitacional de Charneca. Referiu a necessidade de aprovação de plano de formação que já estiverem elaborados para Alentejo e o seu contacto para resolver o problema do Hotel. Informou a

27/04/90

exceto de um ofício do IBAPHE onde se reconhece o concurso para vade, de três habitantes do Bairro do Fundo de Fomento em Altos, com a particularidade de ser o mesmo feito por contrato entre o condado e. Voltou a dar informações da Enrola Profissional Agrícola, dizendo que a mesma esteve em vias de aprovação. Nesta altura pediu para interromper a deputada D. Mabilis para dizer que, segundo informação da Senhora Luiz Mestre, a enrola referida esteve já aprovada no Ministério do Trabalho. O Presidente referiu depois a colaboração com a historiadora na Semana do Idoso e a escultura em Alameda da Empresa Lúcia Alta-Torres bem como o início da Primavera no dia dezasseis de Março.

Nas perguntas o deputado Vazinho referiu o estado do partido junto ao Plano do Alamo, a Engenharia pela via internacional no Bairro da Zona 1 e o deputado José Soares pelo estado no exemplo do estacionamento no Bairro João de Deus. A deputada Engenharia fez ainda um apelo à Câmara pela cedência do subsídio à prossecução e a não cedência ao Centro de Saúde, o que implica, na sua interpretação, a aplicação pela via e a não aplicação pela via do Artigo um do Regulamento do Autocarro.

O deputado José António perguntou qual o critério adoptado. O Presidente da Câmara respondeu que as decisões referidas foram aprovadas, e por unanimidade, pela Câmara.

Entrou-se, de seguida, no Ponto dois da Ordem de trabalhos. - Após constatação de que alguns deputados não foram recebedores de alguns dos documentos em discussão o deputado José António apresentou uma Proposta que teve trunfo a discussão deste segundo ponto por reunião e afogar e, só depois de cumprido o Artigo trinta e quatro do Regulamento da Assembleia que teve o envio de todos os documentos em discussão a todos os deputados.

Votada a sua admissão por discussão foi a mesma adunidade com quatorze votos a favor e duas abstenções.

O Senhor Martins ex-charge de divisão desta Autarquia,

27/04/50

pediu a palavra, que lhe foi concedida, e passou a informar a Assembleia que o Presidente da Mesa tinham sido entregues os documentos citados por Portugal e que estes os não tinha distribuído.

A Presidente da Mesa negou a recepção dos documentos e disse que deveriam os mesmos ser enviados pelo representante da Coligação Democrática Unitária, o deputado Costa.

Após ter sido confirmado por este ter recebido em duplicado os documentos, o deputado José António, um um da palavra, considerou incorrecta a afirmação do senhor Martins exigindo a rectificação das mesmas do que o mesmo annuía.

Pediu a palavra o deputado Brazão reconhecendo a justiça de base da proposta admitindo no entanto que o envio de Costa de Gerência se torna problemático devido ao seu tamanho e à impossibilidade de fazer tantas cópias.

O deputado José Teixeira, na defesa da sua proposta, alega o facto de ser, por lei, a Assembleia o órgão deliberativo, e não poder, por isso, a Câmara, dizer "não faz", quando é o primeiro organismo que a isso obriga. Além disso, e ele não faz, ninguém pode dissentir ou votar um documento que não conhece.

O deputado José Eduardo pediu a palavra para interpor a subscrição sobre o motivo da Proposta, pois não está para ele claro que a mesma resulta de incerteza de dissentir o ponto dois ou de uma guerra entre os dois órgãos.

Posto a votação foi a Proposta em discussão aprovada com sete votos a favor, nove abstenções e um voto contra. Em declaração de voto o deputado Brazão justificou o seu voto contra, disse, por achar que, embora exista fundamento legal, o aditamento de votação é por excesso de zelo e por iníria, deixando a Câmara numa posição pouco disposta.

Em declaração de voto o deputado José Eduardo justificou a sua abstenção por não estar o seu espírito devidamente esclarecido sobre o motivo da Proposta: guerra ou rest incerteza de discussão?

A Presidente da Mesa deu de seguida início a discussão da

27/04/90

ponto três da ordem de trabalhos pedindo ao Presidente da Câmara informações complementares sobre o Projeto do executivo.

Após explicação sucinta foi feita a votação do Projeto de elaboração do Plano Director Municipal sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Ná apresentação do Ponto quatro o Presidente da Mesa disse ser o assunto da sua iniciativa para que se forme o plano de uma vez por todas e quem devam ser enviados os documentos e quais documentos, pois, de cada vez que há sessão, passa dias na Câmara e nada acaba por ser feito como ele queria e devido, como neste caso a ausência dos responsáveis, ou a uma certa resistência ou inércia. Referiu ainda que este sessão devia ter sido convocada mais cedo e só o não foi, porque não estavam prontos os documentos para discussão, tendo ainda a aguardado por outros, que entretanto não chegaram. O primeiro secretário da Assembleia esclareceu também de que é, como deve ser, preocupação da Mesa a informação clara, simples e sem discriminação de todos os detalhes sobre os pontos em discussão para o bom andamento dos trabalhos com a participação efectiva e esclarecida de todos. E, disse, uma responsabilidade que a Mesa não pode aligeirar sob pena de vir a ser censurada, e neste caso seria justo fazê-lo, de menor responsável.

O Presidente da Câmara pediu a palavra e disse que sem querer influenciar a Assembleia, nem sempre as máquinas ajudam as intenções, pois neste momento as fotocopiadoras não estão nas melhores condições. Referiu a intenção manifestada na na Primeira sessão de colaboração com a Assembleia no bom do Conselho, pedindo, sem querer fugir, competências para trabalhos do executivo que se apresenta difícil, com o aparecimento de novas situações todos os dias.

A Presidente da Mesa, não havendo mais nada a tratar,

10/05/90

em um a frente de mudança, deu por encerrada a sessão da qual se levantou esta acta que vai ser assinada. —

João António da Silva
 José António da Silva

ACTA NÚMERO SRS 10/5/90

Aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e seis às dez horas e quinze minutos deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alter do Chão com a seguinte ordem de trabalho: —

Número um - Apresentação e votação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades da Câmara, referentes ao ano de mil novecentos e oitenta e nove. —

Número dois - Apresentação e votação de três Planos de Povoação de Urbanização que a Câmara pretende levar a efeito na sede do Concelho. —

Foi a chamada constatou-se a existência de quórum apesar de falta de deputado Mabiliz Martins. —

Lida a correspondência foi proposto pelo senhor um voto de pesar ao falecimento de Câmara, Francisco Jaime Ribeiro Aires, filho legitimado de seu pai, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. —

O deputado João Aço pediu a palavra para perguntar à Mesa, em que Regulamento se baseou para convocar a sessão para este dia e a esta hora. —

A Presidente da Mesa considerou obstrução ao bom funcionamento da Assembleia este tipo de contestação já que no fim de autarção Assembleia foi dissolvida e marcada desta sessão. —

O segundo secretário, José Francisco, justificou a opção da Mesa devido à urgência que se pontua na apresentação dos documentos em causa. Disse ainda que, sendo extraordinária, o futuro horário pode ser diferente do aprovado para as sessões ordinárias. —

Pediu a palavra o deputado Bezão para votar um voto